



A água de Minas

## **ANEXO VIII**

# **Modelo do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

AGOSTO/ 2011

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS Nº [\*] e Nº [\*] QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS — COPASA MG, [\*] E E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA FORMA ABAIXO:

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, doravante denominada COPASA MG, sociedade de economia mista, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 17.281.106/0001-03, por seus representantes abaixo assinados;

A [...], doravante denominado simplesmente SPE, empresa [...], com sede em [...], e serviços nesta Cidade, na ...[endereço]..., inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...], por seus representantes abaixo assinados; e

a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no setor bancário sul, quadra 4, lote 3/4, inscrita no CNPJ sob n.º 00.360.305/0001-04, doravante denominada BANCO DEPOSITÁRIO, por seus representantes abaixo assinados;

as Partes resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº [...] e nº [...], doravante denominado simplesmente CONTRATO, que passa a fazer parte integrante e inseparável do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES**

1 Para os efeitos deste CONTRATO, as expressões a seguir terão as seguintes definições:

1.1 CONTRATO PARCERIA PÚBLICO PRIVADA: é o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão administrativa, para ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso e prestação de serviços, celebrado em [...] de [...] de [...].

1.2 GARANTIA: é a cessão fiduciária, pela COPASA MG à SPE, dos DIREITOS CEDIDOS, especificados na Cláusula 3.1 do presente CONTRATO, como garantia de pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.

1.3 RECEITA ARRECADADA: são todos os valores arrecadados mensalmente pela COPASA MG decorrentes da prestação de serviços de saneamento, recebidos diariamente pelos ARRECADADORES mencionados no Anexo II.

1.4 RECEITA CEDIDA: é a parcela da RECEITA ARRECADADA mensalmente pela COPASA MG, em valor correspondente a 1 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO, a ser corrigido anualmente conforme especificado no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.

1.5 CONTRAPRESTAÇÃO: é a remuneração mensal a que a SPE faz jus em decorrência da execução do objeto do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, a ser paga pela COPASA, conforme especificado no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.

1.6 SERVIÇOS: são os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto prestados pela COPASA MG no Estado de Minas Gerais.

1.7 USUÁRIOS: são todos os clientes, usuários e consumidores dos SERVIÇOS prestados pela COPASA MG no Estado de Minas Gerais, sejam pessoas naturais ou jurídicas, das categorias residencial, comercial, industrial, pública ou mista.

1.8 DIREITOS CEDIDOS: são os direitos mencionados na Cláusula 3.1 do presente CONTRATO, cuja titularidade foi transferida pela COPASA MG à SPE, em caráter fiduciário e resolúvel, como garantia de pagamento das obrigações assumidas pela COPASA MG no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, conforme os termos e condições deste CONTRATO.

1.9 CONTA CENTRALIZADORA: é a conta corrente de titularidade da COPASA MG, não movimentável pela mesma, com movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com os termos e condições deste CONTRATO, aberta sob o nº [...], na Agência n.º [...] (Banco nº 104), na qual é centralizada a integralidade da RECEITA ARRECADADA.

1.10 CONTA VINCULADA: é a conta corrente de titularidade da COPASA MG, aberta junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, sob o nº [...], na Agência n.º [...] (Banco nº 104), não movimentável pela SPE, com movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de acordo com os termos e condições deste CONTRATO, destinada a receber a RECEITA CEDIDA, e cujas características e funções estão previstas na Cláusula 6ª.

1.13 CONTA MOVIMENTO: é a conta corrente de titularidade da COPASA MG, aberta junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, sob o nº [...], Agência nº [...] (Banco nº 104), para sua livre movimentação.

1.14 ARRECADADOR: é cada um dos agentes arrecadadores listados no Anexo II, contratados pela COPASA MG para recebimento da RECEITA ARRECADADA e

remessa desta à CONTA CENTRALIZADORA, em conjunto denominados ARRECADADORES.

### **CLÁUSULA 2ª - OBJETO**

2.1 Este CONTRATO tem por objeto formalizar e disciplinar a cessão fiduciária de direitos creditórios (os “DIREITOS CEDIDOS”), constituída pela COPASA MG em favor da SPE na Cláusula Vigésima Quarta do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, regulando, ainda, os termos e condições segundo os quais o BANCO DEPOSITÁRIO atuará como mandatário da SPE e da COPASA MG e como depositário e responsável pela administração e centralização da RECEITA ARRECADADA e da RECEITA CEDIDA.

### **CLÁUSULA 3ª - CESSÃO FIDUCIÁRIA**

3.1 Em garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, bem como de eventuais aditivos ou prorrogações, incluindo juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, e honorários advocatícios, e quaisquer encargos e outros acréscimos devidos à SPE por força do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, a COPASA MG, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente, em favor da SPE, nos termos do art. 28-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, introduzido pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, do art. 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e dos arts. 18 a 20, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, os seguintes direitos creditórios (coletivamente designados “DIREITOS CEDIDOS”):

- I - os direitos creditórios emergentes da cobrança tarifária aos usuários, pela prestação, pela COPASA MG, dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto na sua área de concessão, correspondentes à parcela mensal de 1 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO, (a “RECEITA CEDIDA”), a ser corrigido anualmente conforme especificado no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA; e
- II - os direitos creditórios detidos pela COPASA MG contra o BANCO DEPOSITÁRIO, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na CONTA VINCULADA.

3.2 Entende-se por recursos existentes na CONTA VINCULADA o montante equivalente à parcela mensal de 2 (duas) CONTRAPRESTAÇÕES, a serem corrigidas anualmente conforme especificado no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, acumulados mensalmente por 24 meses a contar da assinatura do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA em parcela equivalente a 1/24 ao mês.

3.3. Em decorrência da cessão fiduciária prevista neste CONTRATO, a SPE, na qualidade de cessionário, é investido na condição de credor dos direitos mencionados nos incisos da Cláusula 3.1, com todos os poderes a ela inerentes, tais como o de se valer de todas as ações e execuções a que a COPASA MG está legitimada para assegurar o recebimento de seus créditos e o exercício de seus direitos.

3.3.1. A COPASA MG assume a responsabilidade pela prescrição, emissão ou procedência de qualquer título ou crédito que seja ou venha a ser objeto da presente cessão fiduciária, cabendo à COPASA MG a adoção tempestiva e às suas expensas das medidas pertinentes à proteção e preservação dos DIREITOS CEDIDOS.

3.3.2. A SPE, desde logo, autoriza a COPASA MG a tomar todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para a cobrança dos direitos creditórios objeto da presente cessão.

3.4. A SPE, neste ato, conforme faculta o art. 28-A, inciso IV, da Lei nº 8.987/1995, com redação dada pela Lei nº 11.196/2005, constitui a COPASA MG como sua representante para o fim específico de recebimento da RECEITA CEDIDA, a ser creditada na CONTA CENTRALIZADORA e imediatamente transferida, integral e exclusivamente, para a CONTA VINCULADA, nos termos da Cláusula 6.4.1 do presente CONTRATO.

3.4.1. Os créditos emergentes dos DIREITOS CEDIDOS serão considerados de propriedade fiduciária e resolúvel da SPE, não integrando o patrimônio da COPASA MG,

3.4.2. A COPASA MG será considerada depositária fiel desses valores, ficando obrigada a entregá-los à SPE mediante solicitação por escrito destes, respondendo civil e penalmente, de acordo com a legislação vigente, pelo descumprimento das obrigações estabelecidas no presente CONTRATO.

3.5. Os documentos originais comprobatórios dos DIREITOS CEDIDOS, conforme faculta o parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, ficarão em poder da COPASA MG, haja vista o seu interesse em conservá-los, obrigando-se a mesma a entregá-los em 48 (quarenta e oito) horas quando para tanto solicitado por escrito pela SPE, declarando-se ciente de suas responsabilidades civis e penais pela conservação e entrega desses documentos.

3.5.1. Em caso de decretação de falência da COPASA MG, esta deverá restituir os documentos originais comprobatórios dos DIREITOS CEDIDOS à SPE, transferindo-lhes, imediatamente, a posse direta dos referidos instrumentos, nos termos do art. 20, da Lei nº 9.514/97.

3.5.2. A COPASA MG assume total responsabilidade pela correta formalização e conservação dos documentos originais comprobatórios dos DIREITOS CEDIDOS, bem como pela existência, validade e plena eficácia dos referidos direitos.

3.5.3. A COPASA MG desde já se constitui, em caráter de total irrevogabilidade e irretratabilidade, depositária fiel dos documentos comprobatórios dos DIREITOS CEDIDOS, encargo esse que declara aceitar, ciente das responsabilidades civis e penais daí decorrentes, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

3.6. A COPASA MG e o BANCO DEPOSITÁRIO serão considerados fiéis depositários dos valores correspondentes aos DIREITOS RECEBIDOS, respondendo civil e penalmente, de acordo com a legislação vigente, pelo descumprimento das obrigações estabelecidas no presente CONTRATO.

3.7. Em atendimento ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, uma cópia do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA é anexada ao presente CONTRATO, constituindo parte integrante do mesmo, para todos os efeitos legais (Anexo I).

3.8. A SPE, desde logo, autoriza a COPASA MG a tomar todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para a cobrança dos direitos creditórios objeto da presente cessão, sendo que tal autorização não exclui a possibilidade da SPE tomar tais medidas.

#### **CLÁUSULA 4ª - NOTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CEDIDOS**

4.1. Para fins do aperfeiçoamento da presente cessão fiduciária, a COPASA MG deverá notificar e comprovar a ciência dos ARRECADADORES acerca da cessão fiduciária objeto do presente CONTRATO, nos termos do modelo de notificação constante do Anexo III ao presente CONTRATO.

4.2. As notificações mencionadas na Cláusula 4.1 deverão ser realizadas por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos das Comarcas onde estiver registrado o presente CONTRATO.

4.3. A COPASA MG obriga-se, ainda, a comprovar à SPE a realização das notificações mencionadas na Cláusula 4.1.

4.4. O BANCO DEPOSITÁRIO declara, neste ato, sua ciência e anuência acerca da cessão fiduciária mencionada no inciso II da Cláusula 3.1 do CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 5ª - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS**

5.1. A CONTA CENTRALIZADORA e a CONTA VINCULADA serão movimentadas única e exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos estabelecidos no presente CONTRATO, através de mecanismo de transferências por meio de ordem de pagamento, Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Ordem de Crédito - DOC, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação contra elas.

## **CLÁUSULA 6ª - OPERACIONALIZAÇÃO DA GARANTIA**

6.1. Os créditos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS servirão como garantia e meio de pagamento em caso de inadimplemento, ainda que parcial, das obrigações assumidas pela COPASA MG no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.

6.2. Em caso de inadimplemento da COPASA MG no cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, a titularidade fiduciária da SPE sobre a RECEITA CEDIDA e sobre os créditos decorrentes dos demais DIREITOS CEDIDOS converter-se-á automaticamente em titularidade plena, podendo a SPE, independente da realização de qualquer medida judicial ou extrajudicial, utilizar a RECEITA CEDIDA e/ou os créditos decorrentes dos demais DIREITOS CEDIDOS para pagamento das prestações vencidas e não pagas da CONTRAPRESTAÇÃO decorrente do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, na forma estabelecida na presente Cláusula 6ª, entregando à BENEFICIÁRIA o saldo remanescente, se houver, nos termos do parágrafo terceiro do art. 66-B, da Lei nº 4.728/65, e do inciso VIII do art. 28-A, da Lei nº 8.987/95.

6.3. A COPASA MG, durante toda a vigência deste CONTRATO, promoverá a cobrança aos USUÁRIOS por meio dos ARRECADADORES listados no Anexo II e direcionará a integralidade da RECEITA ARRECADADA exclusivamente para a CONTA CENTRALIZADORA, sendo vedada qualquer outra utilização ou destinação desses recursos, em especial a realização de saque dos mesmos pela COPASA MG.

6.3.1. Na hipótese de qualquer crédito decorrente dos DIREITOS CEDIDOS ser pago diretamente à COPASA MG ou por forma diversa da estabelecida no presente CONTRATO, a COPASA MG imediatamente deverá providenciar o depósito dos valores correspondentes a tais pagamentos na CONTA CENTRALIZADORA.

6.3.2. A COPASA MG obriga-se a fazer com que os ARRECADADORES respeitem o disposto nesta Cláusula, devendo, para tanto, e sem prejuízo de outras providências que entenda necessárias, enviar aos ARRECADADORES notificação nos termos estipulados na Cláusula 4.1 do presente CONTRATO.

6.3.3. Em caso de descumprimento ao disposto na Cláusula 6.3, ficam a SPE e o BANCO DEPOSITÁRIO autorizados a solicitar diretamente ao respectivo ARRECADADOR a transferência imediata para a CONTA CENTRALIZADORA dos recursos indevidamente não transferidos.

6.3.4. A COPASA MG deverá informar à SPE todo e qualquer fato que implique em alteração na relação de ARRECADADORES constante do Anexo II ao presente CONTRATO, devendo, nesse caso, ser alterada a referida relação de ARRECADADORES por via epistolar, com a expressa concordância da COPASA MG e da SPE, bem como a ciência do BANCO DEPOSITÁRIO, independentemente de outra formalidade ou registro;

6.3.5. Na hipótese de a atual relação de ARRECADADORES vir a ser modificada, aplicar-se-á aos novos ARRECADADORES o disposto nesta

Cláusula 6.3, obrigando-se a COPASA MG a enviar aos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias contados da celebração do respectivo contrato de arrecadação, a notificação mencionada na Cláusula 4.1, conforme modelo constante do Anexo III, sem prejuízo da adoção de outras providências que entenda necessárias para o perfeito cumprimento das disposições deste CONTRATO. Não obstante, a SPE poderá, enquanto não liquidadas as obrigações oriundas do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, notificar, a qualquer tempo, diretamente, os novos ARRECADADORES, informando-os sobre a presente cessão fiduciária, em especial caso a COPASA MG, por qualquer motivo, deixe de proceder conforme estipulado na presente cláusula.

6.4. Em decorrência do disposto na Cláusula 6.1, o BANCO DEPOSITÁRIO se obriga, neste ato, a proceder, em nome da COPASA MG, às movimentações, retenções e transferências especificadas a seguir:

6.4.1. Os recursos correspondentes ao DIREITO CEDIDO deverão ser transferidos para a CONTA CENTRALIZADORA e VINCULADA, conforme a seguir:

6.4.1.1. 1/3 do DIREITO CEDIDO será transferido mensalmente pelos ARRECADADORES, obrigatoriamente, para a CONTA CENTRALIZADORA, durante toda a vigência do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. Este recurso será utilizado, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, para a recomposição da CONTA VINCULADA para pagamento das CONTRAPRESTAÇÕES vencidas e não pagas, nos moldes da Cláusula 6.4.

6.4.1.2. 2/3 do DIREITO CEDIDO serão transferidos mensalmente pela COPASA MG para a CONTA VINCULADA, até o limite de 2 (duas) CONTRAPRESTAÇÕES, conforme estabelecido na Cláusula 3.2 deste CONTRATO.

6.4.2. Inexistindo NOTIFICAÇÃO DE RETENÇÃO, conforme definida na Cláusula 6.4.3, o BANCO DEPOSITÁRIO imediatamente transferirá os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, ou a parcela que não tenha sido retida, se houver, dos recursos da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA MOVIMENTO para que, a partir de então, sejam livre e exclusivamente movimentados pela COPASA MG.

6.4.3. Ocorrendo o inadimplemento da COPASA MG no cumprimento de quaisquer de suas obrigações decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, a SPE poderá, a seu exclusivo critério, determinar ao BANCO DEPOSITÁRIO que proceda ao imediato bloqueio e retenção, total ou parcial, dos recursos depositados na CONTA VINCULADA, bem como daqueles que vierem a ser depositados a partir de então, por meio de simples correspondência ou telefax, nos termos do modelo constante do Anexo VI ao presente CONTRATO (a “NOTIFICAÇÃO DE RETENÇÃO”).

6.4.4. Os valores retidos deverão ser transferidos diretamente para a conta corrente de titularidade da SPE, a ser indicada na NOTIFICAÇÃO DE RETENÇÃO, conforme instruções dela constantes, até que o montante transferido seja suficiente para a satisfação da obrigação vencida e não paga.



6.4.5. Uma vez satisfeitas as obrigações assumidas pela COPASA MG no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, deverá a SPE enviar uma contra-ordem ao BANCO DEPOSITÁRIO, requerendo que os recursos retidos na CONTA VINCULADA voltem a ser normalmente movimentados de acordo com o especificado na Cláusula 6.4.2.

6.5. A propriedade fiduciária dos recursos depositados na CONTA VINCULADA se resolve: (i) com o pagamento à SPE da dívida decorrente do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, na forma estabelecida no referido instrumento contratual ou na hipótese estipulada na Cláusula 6.4.3 e seguintes; e (ii) a partir da transferência de tais recursos para a CONTA MOVIMENTO, conforme disposto na Cláusula 6.4.2. Permanece vigente, contudo, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, a cessão fiduciária de todos os DIREITOS CEDIDOS cujos créditos estejam pendentes de recebimento, vencidos ou não, bem como dos recursos recebidos por outro meio que não o depósito na CONTA VINCULADA.

#### **CLÁUSULA 7ª - OBRIGAÇÕES DA COPASA MG**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste CONTRATO, a COPASA MG, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, assumindo toda e qualquer responsabilidade prevista na legislação em vigor, obriga-se a:

- I - notificar todos os ARRECADADORES para que transfiram para a CONTA CENTRALIZADORA a integralidade da receita tarifária da COPASA MG por eles arrecadada, decorrente da prestação, pela COPASA MG, dos SERVIÇOS;
- II - fazer com que a RECEITA CEDIDA e demais créditos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS sejam integralmente creditados (i) 1/3 na CONTA CENTRALIZADORA e (ii) 2/3 na CONTA VINCULADA;
- III - sem prévio e expresse consentimento da SPE, não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou por qualquer forma dispor, negociar ou onerar, integral ou parcialmente, a RECEITA CEDIDA e demais os DIREITOS CEDIDOS, inclusive a parcela que esteja depositada na CONTA VINCULADA, ficando a COPASA MG sujeita à pena prevista no artigo 171, parágrafo segundo, inciso I, do Código Penal Brasileiro;
- IV - não encerrar, modificar ou transferir a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA VINCULADA e/ou a CONTA MOVIMENTO para qualquer outra agência ou instituição financeira, oficial ou não, exceto mediante prévia e expressa autorização da SPE;
- V - não substituir o BANCO DEPOSITÁRIO sem prévia e expressa autorização da SPE ou se de acordo com o estabelecido na Cláusula 10ª deste CONTRATO;

- VI - não instruir os devedores dos DIREITOS CEDIDOS a depositarem qualquer parcela da RECEITA CEDIDA e dos créditos decorrentes dos demais DIREITOS CEDIDOS de forma diferente daquela prevista neste CONTRATO;
- VII - manter a SPE indene e a salvo de quaisquer ônus, ações, cobranças ou reivindicações que recaiam ou venham a recair sobre os DIREITOS CEDIDOS;
- VIII - comprovar à SPE o registro do presente CONTRATO nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- IX - comunicar à SPE, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a higidez da garantia ora prestada neste CONTRATO e sobre qualquer hipótese de substituição ou inclusão de qualquer ARRECADADOR; e
- X - não praticar ou concorrer na prática de qualquer ato ou ser parte em qualquer contrato que resulte ou possa resultar na perda, no todo ou em parte, dos DIREITOS CEDIDOS, ou qualquer outra operação que possa causar o mesmo resultado de uma venda, transferência, oneração ou outra forma de disposição dos DIREITOS CEDIDOS ou a qual poderia, por qualquer razão, ser inconsistente com o direito real da SPE aqui instituído, ou prejudicar, impedir, modificar, restringir ou desconsiderar qualquer direito da SPE previsto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 8ª - DECLARAÇÕES DA COPASA MG**

8.1. Sem prejuízo das declarações e garantias prestadas no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, a COPASA MG, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, assumindo toda e qualquer responsabilidade prevista na legislação em vigor, presta as seguintes declarações, cuja veracidade e manutenção são condições e causas essenciais para a celebração do presente instrumento por parte da SPE:

- I - os DIREITOS CEDIDOS previstos nos incisos I e II da Cláusula 3.1 são de sua única e exclusiva titularidade e se encontram livres e desembaraçados de qualquer vinculação, gravame ou ônus, inclusive fiscais, não pendendo sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo, investigação ou procedimento judicial ou extrajudicial;
- II - a cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS e a vinculação da RECEITA CEDIDA de que trata este CONTRATO não estão sujeitas a qualquer óbice de natureza legal, contratual ou estatutária.

8.2. A cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS subsistirá até o final das obrigações assumidas no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, ficando a COPASA MG responsável por todo e qualquer prejuízo causado à SPE que

decorra da não veracidade ou inexatidão das declarações e garantias prestadas neste CONTRATO e no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.

8.3. A COPASA MG declara, neste ato, que a média mensal da RECEITA ARRECADADA no período de janeiro a dezembro de 2010 correspondeu a R\$ ..... O valor da média mensal da RECEITA ARRECADADA apurado pela COPASA MG, no período entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, deverá ser informado à SPE e ao BANCO DEPOSITÁRIO até o dia 31 de março do ano subsequente e, será considerado a nova Média Mensal Declarada e Aceita, que vigorará até a determinação da Média Mensal Declarada e Aceita do ano seguinte.

8.4. Na hipótese de RECEITA ARRECADADA ser, em um determinado mês, em valor inferior a .....% (.....por cento) da Média Mensal Declarada e Aceita, conforme definida na Cláusula 10.3, então vigente, a COPASA MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do término do mês em questão, apresentar justificativas à SPE.

### **CLÁUSULA 9ª - OBRIGAÇÕES DO BANCO DEPOSITÁRIO**

9.1. O BANCO DEPOSITÁRIO obriga-se a:

- I - informar imediatamente à SPE o descumprimento, por parte da COPASA MG, de qualquer obrigação referente à GARANTIA prevista neste CONTRATO, tão logo tenha conhecimento do fato;
- II - sem a anuência por escrito das outras partes, não acatar ordem, seja da SPE, da COPASA MG ou de qualquer outro credor da COPASA MG, no que se refere à movimentação da RECEITA ARRECADADA, da RECEITA CEDIDA ou de recursos decorrentes dos demais DIREITOS CEDIDOS, em desacordo com este CONTRATO, bem como comunicar a outra parte acerca do recebimento da referida ordem;
- III - promover, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, as transferências de recursos entre a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA VINCULADA e a CONTA MOVIMENTO, bem como efetuar as retenções e transferências para a SPE que forem necessárias, estritamente de acordo com as disposições da Cláusula 6.4 deste CONTRATO;
- IV - apresentar à SPE e à COPASA MG, mensalmente, até o dia 05 (cinco) de cada mês, extratos da CONTA VINCULADA e investimentos correlatos;
- V - obter, junto à SPE, sempre que necessário para os fins deste CONTRATO, informações sobre:
  - a) o valor das CONTRAPRESTAÇÕES;
  - b) a indicação da conta corrente de titularidade da SPE;

- VI - informar imediatamente à SPE o recebimento de qualquer ordem, judicial ou não, que vise, de qualquer forma, onerar a RECEITA CEDIDA; e
- VII - sem a prévia e expressa anuência da SPE, não encerrar, modificar ou transferir a CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA VINCULADA e/ou a CONTA MOVIMENTO para qualquer outra agência ou instituição financeira, oficial ou não, nem acatar ordens da COPASA MG neste sentido.

9.2. O BANCO DEPOSITÁRIO aceita os poderes previstos na Cláusula 11ª, a serem outorgados mediante instrumento de mandato substancialmente em conformidade com as disposições e a finalidade do presente CONTRATO, nos termos do modelo de procuração constante do Anexo V ao presente CONTRATO, obrigando-se a zelar pelo fiel desempenho do mandato ali conferido.

9.3. O BANCO DEPOSITÁRIO fica, desde já, expressamente autorizado pela COPASA MG, a franquear à SPE acesso a todos os registros e movimentações (crédito/débito) referentes à CONTA VINCULADA, inclusive eletronicamente.

9.4. Sempre que solicitado pela SPE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá fornecer-lhe, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da referida solicitação, extratos sobre a GARANTIA e sua operacionalização, nos moldes em que lhe for solicitado.

9.5. Ressalvadas as obrigações assumidas neste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela COPASA MG, exceto as decorrentes de sua atuação como administrador dos recursos cedidos e vinculados na forma acordada neste CONTRATO.

9.5.1. Em hipótese alguma poderão a COPASA MG e/ou a SPE responsabilizar o BANCO DEPOSITÁRIO ou qualquer de seus diretores, administradores ou funcionários por quaisquer prejuízos sofridos em decorrência de o BANCO DEPOSITÁRIO ou qualquer de seus administradores ou funcionários terem observado ou cumprido estritamente quaisquer dos termos e condições aqui previstos, consideradas pelo BANCO DEPOSITÁRIO como sendo autênticas, salvo no caso de negligência ou omissão do BANCO DEPOSITÁRIO.

9.6. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá expedir todas as correspondências e comunicações relativas a este CONTRATO destinadas à COPASA MG com cópia para a SPE.

9.7. Na hipótese de o BANCO DEPOSITÁRIO efetuar a retenção da RECEITA CEDIDA equivocadamente, por qualquer motivo, ele deverá compensar a COPASA MG por tal fato, adicionalmente à restituição imediata dos montantes indevidamente retidos, sendo tal compensação calculada com base na remuneração do valor retido erroneamente à taxa SELIC, ou taxa que vier a substituí-la, divulgada pelo Banco Central do Brasil, pelo período que perdurar tal retenção.

9.8. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO descumpra, ainda que parcialmente, quaisquer de suas obrigações previstas no presente CONTRATO, ficará a SPE automaticamente autorizada pela COPASA MG a notificar um ou mais devedores dos DIREITOS CEDIDOS para que efetuem o pagamento dos referidos créditos em uma nova conta corrente a ser indicada pela SPE, à qual serão aplicáveis todas as disposições, exceto quanto às obrigações do BANCO DEPOSITÁRIO, relativas à CONTA VINCULADA.

9.9. Tendo em vista que a titularidade fiduciária transferida à SPE por força do disposto no presente CONTRATO exclui do patrimônio da COPASA MG os créditos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS, o BANCO DEPOSITÁRIO se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a não entregar os valores decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS a qualquer pessoa física ou jurídica de forma diferente do estabelecido neste CONTRATO.

### **CLÁUSULA 10ª - SUBSTITUIÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO**

10.1. Na hipótese de o BANCO DEPOSITÁRIO, por determinação legal ou por qualquer outro motivo que não o mencionado na Cláusula 10.2, neste segundo caso desde que prévia e expressamente aprovado pela SPE, ser substituído nas funções que exerce no âmbito deste CONTRATO, as obrigações por ele assumidas no presente CONTRATO subsistirão apenas até que os seguintes requisitos tenham sido preenchidos:

- I - uma instituição financeira tenha sido designada pela COPASA MG e aprovada pela SPE para atuar como sucessora do BANCO DEPOSITÁRIO, na qualidade de mandatária para praticar atos que tornem eficaz a GARANTIA. A COPASA MG deverá realizar tal designação tão logo tenha conhecimento do fato ou ato que acarretar o afastamento do BANCO DEPOSITÁRIO;
- II - a instituição sucessora do BANCO DEPOSITÁRIO tenha aderido integralmente aos termos e condições deste CONTRATO;
- III - todos os valores então detidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos deste CONTRATO, tenham sido por ele entregues à instituição escolhida como sua sucessora; e
- IV - todos os documentos, registros, relatórios, quadros analíticos ou outros relativos ao objeto do presente CONTRATO, em posse do Banco substituído, tenham sido enviados por este à instituição sucessora. Os documentos originais que tiverem que ser mantidos pelo Banco substituído, por força de lei ou regulamentação aplicável à matéria, serão enviados em forma de cópia autenticada.

10.2 A substituição do BANCO DEPOSITÁRIO por sua própria iniciativa não dependerá da prévia autorização da SPE. Na hipótese desta Cláusula, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá comunicar sua intenção à SPE e à COPASA MG (a “NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA”) com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, obrigando-se a cumprir todas as atribuições por ele assumidas neste CONTRATO

até o preenchimento dos requisitos previstos nos incisos I a IV da Cláusula 10.1, observado o disposto nas Cláusulas 10.3 a 10.5, abaixo.

10.3. Na hipótese prevista na Cláusula 10.2 acima, a COPASA MG deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA, indicar à SPE um sucessor para a função de BANCO DEPOSITÁRIO, que deverá, necessariamente, ser uma instituição financeira de primeira linha que se comprometa expressamente a suceder o BANCO DEPOSITÁRIO em todas as obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Após o recebimento da indicação da COPASA MG, a SPE terá mais 15 (quinze) dias úteis para aprovar a substituição do BANCO DEPOSITÁRIO.

10.4. Após a aprovação, pela SPE, da instituição financeira indicada pela COPASA MG, o aditivo ao presente CONTRATO, para fins de substituição do BANCO DEPOSITÁRIO, deverá ser firmado no prazo máximo de 30 (trinta) dias e terá sua eficácia condicionada à efetiva transferência da RECEITA CEDIDA para as respectivas contas abertas em agência do banco substituto.

10.5. A remuneração do BANCO DEPOSITÁRIO renunciante relativa à prestação dos serviços oriundos do presente CONTRATO ser-lhe-á devida pela COPASA MG até a data da efetiva transferência dos recursos administrados, conforme descrito na Cláusula 10.4, precedente.

#### **CLÁUSULA 11ª - MANDATO**

11.1. A COPASA MG se obriga a outorgar procuração ao BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do modelo de procuração constante do Anexo V, bem como autoriza o BANCO DEPOSITÁRIO, neste ato, nomeando-o seu mandatário, de forma irrevogável e irretratável, na forma do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, até o final de todas as obrigações assumidas pela COPASA MG no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, para os fins deste CONTRATO, a:

- I - proceder aos depósitos, retenções e transferências a que se refere o presente CONTRATO;
- II - solicitar e obter junto à SPE, sempre que necessário, para os fins do presente CONTRATO, informações relativas aos valores das prestações vencidas; e
- III - informar à SPE, nas hipóteses previstas no presente CONTRATO, e sempre que solicitado, informações sobre saldos, extratos e movimentações da CONTA VINCULADA.

11.2. A COPASA MG autoriza a SPE, de forma irrevogável e irretratável, até final liquidação de todas as obrigações assumidas pela COPASA MG no CONTRATO DE ARceria PÚBLICO PRIVADA, para os fins deste CONTRATO, a:

- I - fornecer ao BANCO DEPOSITÁRIO, sempre que solicitado, as informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações decorrentes do CONTRATO; e

- II - na hipótese da ocorrência de inadimplemento de qualquer das referidas obrigações pela COPASA MG, comunicar por escrito o BANCO DEPOSITÁRIO sobre a ocorrência do inadimplemento, bem como determinar o bloqueio e a retenção dos recursos depositados na CONTA VINCULADA na forma da Cláusula 6.4.4.

11.3. Caso quaisquer autoridades ou instituições, públicas ou privadas, perante as quais a SPE e o BANCO DEPOSITÁRIO tenham que atuar na execução do presente CONTRATO venham a exigir mandato com poderes específicos que não estejam contemplados nas Cláusulas 11.1 e 11.2 acima, a COPASA MG obriga-se, desde já, a outorgar tal mandato, conforme exigido por tal autoridade ou instituição, em forma satisfatória à SPE ou ao BANCO DEPOSITÁRIO, conforme o caso, ressalvado que tais poderes não poderão, em nenhuma hipótese, ultrapassar aqueles necessários à execução das disposições deste CONTRATO.

### **CLÁUSULA 12ª - DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Todo e qualquer custo, despesa ou tributo decorrente da manutenção da CONTA CENTRALIZADORA, da CONTA VINCULADA e da CONTA MOVIMENTO, das transferências de recursos entre as mesmas ou necessário ao cumprimento deste CONTRATO, bem como aqueles relativos a sua celebração, registro e implementação, correrão por conta da SPE.

12.2. A renúncia por qualquer das Partes, relativamente ao exercício de qualquer direito decorrente deste CONTRATO, somente produzirá efeitos quando manifestada por escrito. Nenhuma tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das Partes em fazer cumprir qualquer dispositivo deste CONTRATO prejudicará ou restringirá os direitos de tal Parte, nem tampouco a impedirá de exercer tais direitos ou quaisquer outros no momento oportuno.

12.3. Na hipótese de inadimplemento das obrigações assumidas pela COPASA MG neste CONTRATO e no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, as medidas extrajudiciais ou judiciais a serem tomadas pela SPE independem de qualquer consentimento das demais Partes.

12.4. Este CONTRATO poderá ser objeto de alteração, proposta e aceita por todas as Partes mencionadas no preâmbulo deste CONTRATO, mediante aditivo, previamente aprovado pela SPE.

### **CLÁUSULA 13ª - COMUNICAÇÃO**

13.1 Toda e qualquer comunicação e correspondência a serem trocadas entre as Partes, relativamente a este CONTRATO, deverão ser transmitidas por meio de fac-símile, ou encaminhadas para os seguintes endereços:

- I - Se para a COPASA MG:

Endereço: Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte – MG  
CEP 30330-900  
At.: Diretor Presidente  
Tel.: (31) 3250-2020  
Fax: (31) 3250-1664

II - Se para a SPE:

Endereço: [...]  
At.: [...]  
Tel/Fax.: (...) ...-...

III - Se para o BANCO DEPOSITÁRIO:

Endereço: Av. Contorno nº 8256 - Santo Agostinho  
CEP.: 30.110-120, Belo Horizonte - Minas Gerais  
At.: Superintendente Regional  
Tel/fax: (31) 3217-2035

13.2. No caso de instrução, comunicação ou correspondência encaminhada via fac-símile, a Parte remetente encaminhará à Parte destinatária, nos 2 (dois) dias úteis seguintes à transmissão da correspondência referida, a via original desta, devidamente assinada pelos representantes legais da Parte ou seus procuradores, sem prejuízo de a instrução, comunicação ou correspondência em questão produzir todos os seus efeitos imediatamente após a confirmação de recebimento do fac-símile.

#### **CLÁUSULA 14ª - FORO**

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, como o competente para conhecer de qualquer questão oriunda deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 15ª - VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

15.1. O presente CONTRATO somente entrará em eficácia após a comprovação, pela COPASA MG, da efetiva outorga da procuração mencionada na Cláusula 9.2 e permanecerá vigente até a final liquidação de todas as obrigações da BENEFICIÁRIA decorrentes do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por [...], advogada da SPE, por autorização dos representantes legais que o assinam.



E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro,.....de.....de 2010.

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS Nº ... e Nº ..., QUE ENTRE SI FAZEM A COPASA, A SPE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.]

**Pela COPASA MG:**

---

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG

Nome:  
Cargo ou função:

Nome:  
Cargo ou função:

**Pelo BANCO DEPOSITÁRIO:**

---

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome:  
Cargo ou função:

Nome:  
Cargo ou função:

**Pela SPE:**

---

[Razão Social da SPE]

Nome:  
Cargo ou função:

Nome:  
Cargo ou função:

[CONTINUAÇÃO DA PÁGINA DE ASSINATURAS DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS Nº ... e Nº ..., QUE ENTRE SI FAZEM A COPASA, A SPE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.]

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:  
Identidade:  
CPF/MF:

---

Nome:  
Identidade:  
CPF/MF:

## **ANEXO I**

CÓPIA DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

**ANEXO II**

**RELAÇÃO DE ARRECADADORES**

<b><u>ARRECADADOR</u></b>		<b><u>CNPJ</u></b>

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS ARRECADADORES**

[PAPEL TIMBRADO DA COPASA MG]

[LOCAL], [DATA]

Ao

[Razão Social do ARRECADADOR]

\_\_\_\_\_ENDEREÇO\_\_\_\_\_

Ref.: Garantia da SPE

Prezados Senhores,

1. A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, a [Razão Social da SPE], celebraram, em ... de ... de ..., o CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA nº ..., por meio do qual a SPE se compromete a executar as OBRAS de ampliação do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO e a prestação de serviços, consistentes na operação e manutenção civil, hidráulica e eletromecânica dos BENS AFETOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como a manutenção civil e demais SERVIÇOS CORRELATOS de todo o SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO.

2. Como garantia às obrigações assumidas no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, a COPASA se obrigou a ceder fiduciariamente à SPE, em caráter irrevogável e irretratável, parcela de sua receita tarifária mensal, decorrente da cobrança pelos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente a 1 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO (a “RECEITA CEDIDA”), a ser corrigido anualmente conforme especificado no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.

3. A garantia em questão foi formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº [...], adiante designado apenas como CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, celebrado em ....[DATA]...., entre a COPASA, a SPE e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, este último na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO.

4. Nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, a COPASA deve fazer com que a receita tarifária recebida pelos agentes de arrecadação enumerados no anexo II do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA (os “ARRECADADORES”), grupo no qual V.Sas. encontram-se incluídos por força de Contrato de Arrecadação firmado com a COPASA, seja transferida exclusivamente para a CONTA CENTRALIZADORA adiante identificada, ficando vedada qualquer outra utilização dos referidos recursos. Desta forma, vimos, por meio desta, notificá-los das disposições constantes do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA mencionadas abaixo.

5. Nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, a COPASA deve fazer com que sua receita tarifária recebida por cada um dos ARRECADADORES seja transferida exclusivamente para a CONTA CENTRALIZADORA (adiante identificada). Dessa forma, fica vedada qualquer outra utilização ou destinação desses recursos, em especial a realização de saque dos mesmos pela COPASA.

6. O CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA prevê, ainda, a imposição de penalidades para a COPASA na hipótese de descumprimento, por si ou por qualquer dos ARRECADADORES, do disposto acima.

7. Em vista do exposto, vimos pela presente notificá-los acerca da cessão fiduciária referida no item 2 supra, bem como da existência das disposições contratuais acima, solicitando que, a partir da presente data, seja repassada exclusivamente ao BANCO DEPOSITÁRIO a totalidade dos recursos arrecadados em decorrência dos pagamentos provenientes da prestação pela COPASA de serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto no Estado de Minas Gerais exclusivamente mediante depósito ou transferência de referidos valores para a CONTA CENTRALIZADORA - conta corrente nº [REDACTED], agência nº [REDACTED], mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO (nº [REDACTED]).

8. Comunicamos, também, que na hipótese da SPE ou o BANCO DEPOSITÁRIO constatarem a não realização da transferência para a CONTA CENTRALIZADORA, na forma estabelecida no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, de recursos recebidos por qualquer dos ARRECADADORES, a SPE e/ou o BANCO DEPOSITÁRIO estão autorizados a solicitar ao ARRECADADOR em questão a imediata transferência para a CONTA CENTRALIZADORA dos recursos indevidamente não transferidos.

9. A presente notificação e as instruções aqui contidas, inclusive aquelas previstas no item 7 acima, são irrevogáveis e não poderão ser modificadas ou canceladas sem o prévio e expresso consentimento da SPE.

10. Por oportuno, ressaltamos que as obrigações de V.Sas. para conosco, referentes aos valores recebidos ou arrecadados por V.Sas. e aos depositados junto a V.Sas., nos termos do Contrato ...[Contrato de Arrecadação]..... apenas serão consideradas quitadas com a sua transferência à CONTA CENTRALIZADORA.

Solicitamos, por fim, assinar esta correspondência para confirmar sua ciência com relação aos seus termos, bem como sua expressa aceitação das instruções e condições nela contidas.

Atenciosamente,

---

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

Ciência e concordância do [Razão Social do ARRECADADOR]:

Confirmamos nossa expressa concordância com os termos da presente correspondência, os quais serão por nós integralmente observados e cumpridos.

Local:

Data:

---

[Razão Social do ARRECADADOR]

[OBS: As assinaturas dos representantes legais deverão ser identificadas com a indicação de nome e cargo, mediante carimbo, se for o caso].

## ANEXO V

### MODELO DE PROCURAÇÃO A SER OUTORGADA AO BANCO DEPOSITÁRIO

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, sociedade de economia mista, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 17.281.106/0001-03, por seus representantes abaixo assinados (doravante denominada “OUTORGANTE”), tendo em vista os termos do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA nº [...], datado de ... de ... de ..., firmado entre ...[Razão Social da SPE]..., doravante denominada SPE, e a OUTORGANTE, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº [...], datado de [...] (doravante “CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA”), firmado entre ...[Razão Social da SPE]..., a OUTORGANTE e o BANCO [...], neste ato nomeia BANCO [...], instituição financeira, com sede em [...], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...] (doravante “OUTORGADO”) como seu mandatário, para exercer os seguintes PODERES:

- (i) proceder aos depósitos, retenções e transferências a que se refere o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA;
- (ii) solicitar e obter junto à SPE, sempre que necessário, para os fins do CESSÃO FIDUCIÁRIA, informações relativas aos valores das prestações vencidas e vincendas, bem como saldo devedor da OUTORGANTE, decorrentes da prestação de serviços de acordo com o CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA;
- (iii) prestar à SPE, nas hipóteses previstas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, e sempre que solicitado, informações sobre saldos, extratos e movimentações da CONTA VINCULADA, definidas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA;
- (iv) exercer todos os poderes previstos para o BANCO DEPOSITÁRIO nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, observada a finalidade do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA e do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

O presente MANDATO é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, na forma do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, permanecendo válido até a final liquidação das obrigações assumidas pela OUTORGANTE no CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.

....., ..... de ..... de .....

XXXXXXXXX

[representante(s) legal(is)]





## **ANEXO VI**

### **MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE RETENÇÃO**

[LOCAL], [DATA]

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

..... (BANCO DEPOSITÁRIO)

\_\_\_\_\_ENDEREÇO\_\_\_\_\_

À Atenção do .....

Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº [...].

#### **Notificação de Retenção**

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº [...] (o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA), celebrado em [DATA] entre a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, na qualidade de COPASA MG, esta instituição financeira, na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO, ...[Razão Social da SPE]..., doravante denominado CONTRATO.

Conforme previsto na Cláusula 6.4.3 do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, vimos pela presente notificar V.Sas. da ocorrência de inadimplemento da COPASA no cumprimento de suas obrigações decorrentes do Contrato de Parceria Público Privada nº [...], celebrado entre a COPASA e a SPE em [...] de [...] de [...].

Tendo em vista tal ocorrência, vimos solicitar-lhe o início da retenção dos recursos existentes na CONTA VINCULADA, bem como aqueles depositados na referida conta a partir da presente data, conforme previsto e definido no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA até o montante de [DEFINIR VALOR A SER RETIDO], e a sua imediata transferência diretamente para a conta corrente de titularidade da SPE, de nº [...], mantida junto ao Banco [...], agência [...].

Na hipótese de insuficiência de fluxo mensal de recursos na CONTA VINCULADA, este BANCO DEPOSITÁRIO se obriga, nos termos da Cláusula 6.4.5 do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, a transferir diretamente da CONTA VINCULADA para a conta corrente da SPE acima indicada os recursos necessários ao pagamento das obrigações descritas na Cláusula 3.1 do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

Ressaltamos que os recursos deverão ser retidos diária e

cumulativamente, conforme estabelecido no CONTRATO, até que o inadimplemento seja considerado sanado, fato este que será informado a V.Sas. pelo signatário da presente notificação.

Por favor, não hesitem em contatar-nos para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

[SPE]

---

Nome:

Cargo ou Função:

